



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 505202423275916

Nome original: Acórdão ED ArgInc 0684-90.2022-Documento_bb981a2.pdf

Data: 09/04/2024 10:07:52

Remetente:

Tharles Pires Pinho

Secretaria das Seções Especializadas em Dissídios Coletivos e Individuais

TRT 5ª Região

Documento: não assinado.

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Acórdãos prolatados pela SUJ referentes aos seguintes processos: IRDR 0001434-58.2023.5.05.0000, ArgIncCiv 0000684-90.2022.5.05.0000 e IRDR 0000457-66.2023.5.05.0000.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

Incidente De Arguição de Inconstitucionalidade Cível 0000684-90.2022.5.05.0000

Relator: MARCOS OLIVEIRA GURGEL

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 17/05/2022

Valor da causa: R\$ 1.000.000,00

Partes:

ARGÜENTE: SEGUNDA TURMA DO TRT DA 5ª REGIÃO

ARGUÍDO: AUTO ONIBUS SAO JOAO LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL

ADVOGADO: HEVERTON ANDRADE FERREIRA

ARGUÍDO: EMPRESA DE ONIBUS ROSA LTDA

ADVOGADO: LUIS DANIEL PELEGRINE

CUSTOS LEGIS: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

TERCEIRO INTERESSADO: UNIÃO FEDERAL (AGU)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
Uniformização de Jurisprudência

PROCESSO nº 0000684-90.2022.5.05.0000 (ED)

EMBARGANTES: EMPRESA DE ONIBUS ROSA LTDA., UNIÃO FEDERAL

EMBARGADOS: AUTO ONIBUS SAO JOAO LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL, SEGUNDA TURMA DO TRT DA 5ª REGIÃO

RELATOR: MARCOS OLIVEIRA GURGEL

EMBARGOS DECLARATÓRIOS - Para que os Embargos de Declaração sejam providos, faz-se necessária a demonstração, pela parte embargante, de qualquer dos vícios formais previstos nos arts. 1.022 do CPC e 897-A da CLT, quais sejam, omissão, contradição e obscuridade, além de manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso e erros materiais.

EMPRESA DE ONIBUS ROSA LTDA., Arguída, e **UNIÃO FEDERAL**, Terceira Interessada, nos autos do processo, em que consta como Arguente, **SEGUNDA TURMA DO TRT DA 5ª REGIÃO**, e Arguído, **AUTO ONIBUS SAO JOAO LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL**, opõe **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** ao acórdão proferido em Arguição de Inconstitucionalidade. Foram preenchidos os pressupostos de admissibilidade do recurso. Não sendo o caso de conferir-se efeito modificativo ao julgado, revela-se desnecessária a notificação da parte contrária (OJ 142 da SDI-I/TST).

Em pauta para julgamento. É o relatório./fb

VOTO

EMBARGOS DA UNIÃO FEDERAL

QUESTÃO JURÍDICA. IMPUGNAÇÃO À ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE



Assinado eletronicamente por: MARCOS OLIVEIRA GURGEL - 08/04/2024 13:10:47 - bb981a2
<https://pje.trt5.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24030514015278600000043937084>
Número do processo: 0000684-90.2022.5.05.0000 ID. bb981a2 - Pág. 1
Número do documento: 24030514015278600000043937084

A União Federal, terceira interessada, alega que o acórdão embargado foi omissivo quanto a questões jurídicas apontadas pela União em sua impugnação à arguição de inconstitucionalidade; *"no sentido de que como a lei complementar referida pelo texto constitucional (art. 7º, I, da CF/88) ainda não foi editada, ainda vigora o disposto no art. 10, I, do ADCT, que disciplinou a multa indenizatória remetendo aos termos da já revogada Lei n.º 5.107/1966. Atualmente, a questão é disciplinada pelo § 1.º do art. 18 da Lei n.º 8.036/1990, que prevê "importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros"; bem como de que é o empresário quem assume os riscos da atividade; que a Lei 13.467/2017 passou a limitar a possibilidade de dispensas imotivadas diante de evidências de que a negociação coletiva viabilizou ajustes proveitosos.*

Sustenta que o princípio da continuidade da relação empregatícia, consagrado no art. 7º, I, CF, não tem caráter absoluto e que constitui direito potestativo do empregador a dispensa imotivada, individual ou coletiva, de seus empregados, desde que paga indenização compensatória e demais direitos legalmente assegurados; razão pela qual o art. 477-A, CLT afigura-se constitucional. Salienta que a Convenção 158 da OIT possui caráter meramente programático, além de ter sido denunciada pelo Estado Brasileiro.

Não há vício a ser sanado.

A omissão ensejadora dos Embargos de Declaração é aquela inerente a pedidos formulados pelas partes e não no que tange ao exame das provas e enquadramento jurídico da matéria decidida, posto que neste aspecto impera o livre convencimento do julgador.

Ao declarar, em controle difuso, a inconstitucionalidade do art. 477-A, CLT, este Colegiado o fez de forma fundamentada, analisando todos os argumentos relevantes ao deslinde da controvérsia; inclusive com referência à regra geral de que a dispensa imotivada seria um direito potestativo do empregador e ao art. 7º, I, CF/88, ressaltando que a dispensa arbitrária ou sem justa causa é considerada como ato passível de reparação indenizatória, cuja previsão se dará por lei complementar, e que segue sem regulamentação.

Ocorre que este Colegiado, quando do julgamento da demanda, entendeu que cabe ao *"Judiciário Trabalhista definir os limites da dispensa em relação ao poder potestativo do empregador"* e que *"as dispensas coletivas não podem ser tratadas com os mesmos parâmetros operados às despedidas individuais, especialmente diante do impacto social que produzem ao não atingir apenas um empregado"*, devendo ser analisadas à luz de princípios, doutrina e jurisprudência, com destaque a algumas previsões constitucionais que justificam o reconhecimento da inconstitucionalidade do



dispositivo em debate. Destaque-se que as Convenções da OIT invocadas na decisão embargada o foram apenas como firme de corroborar a conclusão adotada, restando despicienda a análise atinente à denúncia da 158, referida pela Embargante.

Como visto, constata-se que foi efetivamente apreciada a questão indicada pela embargante, entretanto, o Órgão Julgador firmou entendimento contrário aos interesses da parte, razão que motivou a oposição do presente recurso horizontal. A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada, tendo sido enfrentados todos os argumentos relevantes ao deslinde da controvérsia. Ressalte-se que fundamentação adotada pela Turma tem implicação lógica de rejeição das teses que lhe são incompatíveis (inc. IV, do §1º do art.489, CPC15), evitando-se digressões desnecessárias que pudessem afrontar a clareza e objetividade que se espera de uma decisão judicial, inclusive em atenção ao Princípio da Celeridade e Efetividade do processo.

Nada a sanar.

EMBARGOS DA EMPRESA DE ÔNIBUS ROSA LTDA.

LAPSO TEMPORAL. ACORDO COM SINDICATO

A Arguída EMPRESA DE ÔNIBUS ROSA LTDA. interpôs os presentes Embargos com o fim de que haja pronunciamento expreso quanto à modulação dos efeitos da decisão que declarou a inconstitucionalidade do art. 477-A, CLT. Aduz, ainda, omissão quanto ao "posterior acordo firmado com o Sindicato Obreiro, o que preenche a posterior o requisito em questão".

Não há vício a ser sanado.

Destaque-se, inicialmente, que a questão atinente aos acordos firmados pelas empresas Arguídas com o Sindicato obreiro foi expressamente analisada pelo acórdão , em tópico intitulado "PRELIMINAR DE PERDA DE OBJETO".

Quanto à modulação dos efeitos também não há que se falar em omissão. A hipótese dos autos versa sobre controle difuso de constitucionalidade, com eficácia somente entre as partes litigantes na ação de nº 0000303-47.2020.5.05.0196, abarcando, portanto, o caso concreto objeto da presente ação, que envolve a dispensa em massa de 293 empregados e com incidência de seus efeitos à tal hipótese, sem modulação de efeitos. Destaque-se que a modulação temporal dos efeitos da decisão no controle de constitucionalidade é um instrumento de uso excepcional, por razões de segurança jurídica



ou excepcional interesse social, não se vislumbrando a hipótese *in casu*. Vale ressaltar, ainda, que a decisão ora embargada não encontra-se diretamente vinculada àquela proferida pelo STF no RE 999435 (notadamente quanto à modulação dos seus efeitos), a qual, conforme já salientado no acórdão hostilizado, não analisou especificamente o art. 477-A, CLT, objeto da presente Arguição de Inconstitucionalidade; servido a decisão proferida pelo Supremo como um dos fundamentos para a declaração do dispositivo legal mencionado.

Nada a sanar.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** aos Embargos de Declaração da UNIÃO FEDERAL. **NEGO PROVIMENTO** aos Embargos de Declaração da EMPRESA DE ONIBUS ROSA LTDA..

Acordam os(as) desembargadores(as) da SUBSEÇÃO DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, em sua 4ª Sessão (presencial), realizada no primeiro dia do mês de abril do ano de 2024, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor desembargador do trabalho **EDILTON MEIRELES** e com a presença dos(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) desembargadores(as) do trabalho **VÂNIA CHAVES, ESEQUIAS DE OLIVEIRA, LUÍZA LOMBA, RENATO SIMÕES, MARCOS GURGEL, ANA PAOLA DINIZ, RUBEM NASCIMENTO, ELOÍNA MACHADO, MARCO ANTÔNIO VALVERDE, MARIA**



ELISA COSTA GONÇALVES, VIVIANE LEITE e TÂNIA MAGNANI, bem como do procurador - chefe do trabalho **MAURÍCIO FERREIRA BRITO**, por unanimidade, **NEGAR PROVIMENTO** aos Embargos de Declaração da UNIÃO FEDERAL. **NEGAR PROVIMENTO** aos Embargos de Declaração da EMPRESA DE ONIBUS ROSA LTDA..

MARCOS OLIVEIRA GURGEL
Relator(a)

